

Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos

SOLIDARITY ECONOMY: A THEORETICAL REVIEW FROM THEIR "MULTIPLE" CONCEPTS

Daniel Calbino Pinheiro¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão e discussão da literatura sobre as concepções que permeiam o tema Economia Solidária. Como questões norteadoras buscou responder se na perspectiva acadêmica o tema apresenta uma diversidade de concepções conceituais e quais as semelhanças e/ou diferenças nas visões dos autores. Os resultados da investigação indicaram que não somente existe uma diversidade de concepções entre autores, como ainda não há uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que seja a Economia Solidária, quais organizações e entidades que a compõem, bem como qual o seu papel social. Como contribuição para discussões e investigações futuras, deixa-se os seguintes questionamentos: Apesar da diversidade de concepções sobre a temática indicar uma pluralidade, até onde isto agrega ou desarticula as iniciativas solidárias? Qual o limite da aproximação de fronteiras conceituais sem comprometer os ideais de cada uma?

Palavras-chave: Economia Solidária, Revisão Teórica, Múltiplos Conceitos.

ABSTRACT

The objective of this study was to review and discuss of the literature about the concepts that permeate the theme Solidarity Economy. How guiding questions sought to answer whether the academic perspective the theme features a variety of conceptual designs and what the similarities and / or differences in the views of the authors. The results of the research indicated that not only there is a diversity of views among authors, as there is not a dominant view and even less consensus on what is the Solidarity Economy, which organizations and entities that compose it, and which their social role. As a contribution to discussions and further investigations, leaves the following questions: Despite the diversity of views on the subject indicate a plurality, or even where it adds dismantles the joint initiatives? What is the limit of the approach of conceptual boundaries without compromising the ideals of each?

Key Words: Solidarity Economy, Theoretical Review, Multiple Concepts.

¹ Graduado em Administração pela UFSJ. Mestre em Administração pela UFGM. Doutorando em Administração pela UFGM e Professor Assistente III do IFMG. E-mail: dcalbino@yahoo.com.br.

Introdução

Segundo Morais e Bacic (2009), ao realizar uma revisão sobre as origens e definições da Economia Social os autores constataram que o termo contemplava uma multiplicidade de opiniões que carecia de aceitação e implementação generalizadas. Se por um lado essa diversidade de ideias representava uma pluralidade justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que esse setor manifestava em regiões distintas, por outro indicava também uma série de dificuldades e contradições no que tange a definição, conceituação, delimitação de suas atividades e organizações. Para Barea e Monzon (2002) essas ambiguidades e contradições, devido a ausência de uma delimitação conceitual e do escasso rigor metodológico, geravam dificuldades em oferecer informações quantitativas do setor. Além do que, ao ser tratado em cada região com terminologias diferentes se deixava confundir facilmente com termos correlatos (MORAIS E BACIC, 2009).

Cruz (2006, p.6) ainda ressaltava que um dos motivos da não consensualidade se justificava pelo fato de ser “uma expressão conceitual em disputa”, que cujo significado é “objeto de viva polêmica”, no qual “[...] aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas”.

O que se pode observar é que apesar do termo Economia Social já ser bastante fomentado no contexto acadêmico em termos de discussão conceitual, visto que as primeiras discussões começaram no século XIX (MONTIOIO, 2002), ainda sim apresenta uma complexidade de definições e conceituações básicas. Fazendo uma analogia com esta problematização e trazendo para a discussão a terminologia Economia Solidária cunhada recentemente e ainda “em construção” (LECHAT, 2002a), busca compreender neste trabalho: Quais as concepções que permeiam o tema? Quais as semelhanças e/ou diferenças nas concepções dos autores da área?

Com base nestas questões norteadoras, o presente trabalho teórico teve por objetivo realizar uma revisão e discussão da literatura sobre as concepções conceituais da Economia Solidária com base na visão dos intelectuais. Buscou-se compreender a visão dos mesmos referentes aos seguintes pontos: quais as definições conceituais e propostas ideológicasⁱ da Economia Solidária; quais as metodologias propostas, quais as definições das características e suas formas de organização, quais as raízes e influências que originaram o tema, quando o termo foi cunhado e quais as fronteiras etimológicas que estabelecem com temas correlatos.

O método de pesquisa utilizado foi uma revisão bibliográfica em livros, periódicos e anais de congressos brasileiros e latino-americanos que tratavam da temática Economia Solidária, no período de publicação referente ao ano de 1992 até o ano de 2011. Como recorte empírico buscou-se recorrer as concepções de alguns dos principais autores latino-americanos e europeus que estudam a temática economia solidária. Dentre eles: Paul Singer, Jean Laville, José Corragio, Luiz Razeto, França Filho, Luis Gaiger; Marcos Arruda, Tauile, Tiriba, Euclides Mance, Renato Dagnino, Quijano, Kraychete, Eme; Lisboa, Carrion e Andion. A justificativa para a escolha do recorte empírico baseados nesses autores ocorre, pois os mesmos apresentam maior expressão em citações referentes à economia solidária no âmbito da publicação de trabalhos acadêmicos, o que aponta para o fato de serem importantes formadores de opiniões teóricas e conceituações sobre a economia solidáriaⁱⁱ. Além desses, se recorreu também às contribuições de outros autores na qual se buscou complementar as diversidades de conceitos apresentados sobre a temática.

As visões da Economia Solidária

Definições, propostas ideológicas e metodologias

Ao buscar compreender as definições da Economia Solidária, uma das posições mais citadas e mais criticadas na área é a do autor Paul Singer (2002). Na sua concepção teórica, a Economia Solidária se trata de um programa que se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante. Aborda ainda que se as organizações solidárias se estruturarem mais do que mera resposta às demandas de trabalho, elas podem se tornar em uma alternativa superior ao capitalismo. Como metodologia, sugere a importância do papel do Estado para financiar e apoiar esses tipos de organizações, além da necessidade de conciliar uma lógica de competição com cooperação. Afirma que esta lógica ocorreria mediante a concorrência direta com o capitalismo, na qual as organizações coletivas deveriam criar produtos mais eficientes do que das empresas mercantis. Outra alternativa citada pelo autor e defendida também por Tauile (2002), ocorreria por meio da constituição de redes de consumo solidário, na qual a sociedade deveria se conscientizar da compra de produtos e serviços de organizações solidárias, criando-se assim, preferências para as organizações da Economia Solidária. Estes posicionamentos do autor recebem críticas da maioria dos autores marxistas que analisam a Economia Solidária, dentre elas a contradição de propor uma mudança socialista por meio da concorrência direta, sem modificar os valores que estão inseridos no Mercado.

Arruda (2000) também conceitua a Economia Solidária como uma proposta ideológica de contraponto a economia capitalista. Todavia, não como um programa, mas uma filosofia de vida, que consiste em uma nova forma de pensar o ser humano, a economia e o mundo como um todo. Define como base desta filosofia, os valores da partilha, reciprocidade e solidariedade. Como proposta metodológica, também defendida por Mance (1999), Novaes e Dagnino (2004), propõe a constituição de redes solidárias em três níveis: micro, meso e macro. No nível micro estariam às organizações locais, no nível meso as redes de trocas solidárias, e no nível macro uma rede de aliança por um mundo responsável e solidário, capaz de pensar e dissimular novas formas de economia. Defendia ainda que esta proposta conviveria com o capitalismo até que este fosse sucumbido. Não nega o papel do Estado, todavia, aborda que este seria um Estado democratizado, com a sociedade o governando.

Já na perspectiva de França Filho (2002a) a definição de Economia Solidária é utilizada como conceito ou noção e como um novo fenômeno. O autor cita que a “Economia Solidária é um fenômeno novo, que contém elementos para a reflexão e prática de um renovado modo de gestão pública (2002a, p.9)”. E que “Enquanto noção ou conceito, o termo identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual entorno das chamadas novas formas de solidariedade (2002a, p.10)”. Em trabalhos mais recentes França Filho (2007) ainda amplia a Economia Solidária para a concepção de tecnologia social e política públicaⁱⁱⁱ.

Quanto à proposta ideológica da Economia Solidária, afirma que ela não busca romper com o capitalismo nem tampouco nega o papel do Estado. Pautada na concepção de uma Economia Plural, aborda que se constitui em formas econômicas híbridas, com características das atividades mercantil, não

mercantil e não monetária, a fim de que a lógica mercantil se submeta a outros imperativos de ação coletiva. No que se refere à metodologia, apesar de não escrever diretamente, observa-se em atividades de extensão exercida pelo autor a criação de redes solidárias de desenvolvimento local, que apresentam parceiras como empresas privadas, organizações estatais e comunidades locais, na criação de mecanismos de geração, renda e articulação política comunitária (FRANÇA FILHO, CUNHA, 2009). Tal ponto parece coerente com uma visão de Economia Solidária que envolve formas econômicas híbridas. Observa-se também posicionamentos semelhantes nos intelectuais franceses Jaques Laville, Eme e Dzmira^{iv}.

Na visão do argentino Coraggio (2002), o autor defende a teoria que pode ser visto como um projeto político transformador, se partir do pressuposto que é possível desenvolver outra economia. Para ele seria um caminho para ir além da simples reprodução da vida biológica, constituindo como um dever, uma reprodução ampliada da vida de todos os membros. Todavia, afirma que isto só é possível desde que se modifique a qualidade das relações dentro e entre as unidades domésticas e do grau de interdependência, complexidade e autonomia relativa. Em termos metodológicos aborda que o caminho passa pela inversão de valores, no entanto, esta deve ser construída de maneira democrática e não impositiva. O autor considera o Estado como um importante apoiador desta proposta.

O chileno Razeto (2010) parece possuir um posicionamento semelhante. O autor define a Economia Solidária como uma realidade, teoria e projeto. Considera realidade porque esta ocorre independente de formulações teóricas, no cotidiano da sociedade. É também uma teoria por ter estudiosos envolvidos, analisando seus fenômenos, racionalidades e propondo ideias. E projeto, por buscar propostas de transformação da sociedade. Para o autor a Economia Solidária se enquadra nas três instâncias, tendo uma dimensão em comum: um modo diferente de fazer economia, utilizando a solidariedade. Em termos metodológicos o autor não cria fronteiras entre Estado e Mercado, se aproximando muito das propostas de Coraggio (2002), por meio da transformação de valores. Todavia, acrescenta uma variável, a necessidade da eficiência neste contexto para dar sustentabilidade às organizações solidárias.

Existem ainda autores como Tiriba (2008), Albuquerque (2003), Tauile (2002) e Santana Junior (2007) que visualizam a Economia Solidária como um movimento social, por ser compreendida como um movimento que luta contra as consequências da desregulamentação econômica e do movimento global de reestruturação produtiva (Albuquerque, 2003). Abordam ainda que trata-se de um movimento social no qual convivem grupos sociais com diferentes concepções e projetos societários, cujas demandas são, em parte, atendidas pelo Estado e mediadas por instituições que dão apoio e assessoria para buscar assegurar a existência e a viabilidade dos chamados empreendimentos econômicos solidários (TIRIBA, 2008). Santana Junior (2007) define ainda como um movimento social de tipo novo, por efetivar a convergência entre o velho movimento (movimento operário que reivindica rendas) e o novo movimento social (movimentos temáticos que reivindicam direitos). Todos estes autores apontam a Economia Solidária como contraponto ao capitalismo e defendem em termos metodológicos o apoio do Estado, financiando e criando políticas públicas para a Economia Solidária^v.

Já Gaiger (2003), aborda a Economia Solidária como um fenômeno, e relata que esta tem um notável poder de revitalização dos ideais emancipatórios, de formação e de convergência de expressões concretas. Afirma ainda que a Economia Solidária desenvolve elementos de uma nova sociabilidade que reina uma lógica solidária. No entanto, discorda da aposta da replicação

progressiva e contínua dos empreendimentos a ponto de algum dia predominarem. Da mesma forma, ele não vê perspectivas na ideia de conversão geral das práticas econômicas para o princípio solidário. Para Gaiger (2003), o que se pode vislumbrar para a Economia Solidária é que esta possa se tornar em um novo sistema de regulação com a coexistência conflitual, em condições mínimas de equilíbrio com a economia de mercado e a economia pública. Posições semelhantes são defendidas também por Carrion (2002), na qual acredita que a Economia Solidária pode contribuir para a geração e renda, mas dificilmente irá transformar radicalmente a sociedade.

Apesar de possuir uma posição de “centro” sobre o debate, Gaiger (2003) sugere em termos metodológicos, que as organizações coletivas da Economia Solidária busquem: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; e c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

Do outro lado da moeda, observam-se os críticos à Economia Solidária, como Vainer (2000) que a define como uma utopia experimental. Para o autor diversos órgãos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais ou nacionais, como o Comunidade Solidária, estão vendendo a ideia do desenvolvimento local como alternativa para as periferias. Para ele isto seria uma estratégia ideológica² e política, que, na melhor das hipóteses, pretende compensar a miséria engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo e, quase sempre, acabar por produzir apenas alguns mecanismos de controle político das populações miseráveis.

Sob essa perspectiva, o autor afirma que a Economia Solidária não se apresenta como alternativa global ao projeto capitalista liberal. Entretanto, em certas circunstâncias, as associações solidárias podem oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo e na qualidade. Afirma ainda que a importância da Economia Solidária reside no fato dela se colocar como um elemento fundamental de combate à desesperança. Por isso aborda uma utopia experimental: “porque utopia é uma coisa que não existe; de outro, porque experimental é algo que se vive” (VAINER, 2000, P.14).

Tal posição parece semelhante às visões de Menezes (2007) e Wellen (2008), que consideram a Economia Solidária como um projeto ideológico capitalista que precarizam as condições de trabalho. Os autores afirmam que isto ocorre por constituírem organizações de trabalhadores que não possuem direitos trabalhistas, recebem rendas inferiores ao mercado formal, trabalham longas jornadas e servem de mão-de-obra barata para o Mercado, aumentando ainda mais a acumulação capitalista. Além disso, abordam que a Economia Solidária desarticula os movimentos dos trabalhadores (que passam o tempo todo se dedicando a sobreviver no trabalho coletivo) e nega os conflitos de classes, por englobar em um mesmo rótulo uma diversidade de instituições e organizações de naturezas diferentes.

² A terminologia ideológica para este autor assume o papel de dominação de valores.

Por fim, podem-se citar autores como o peruano Quijano (2002), Holzmann (2000) e Bonfim (2001) que apesar de não considerarem a Economia Solidária como produto ideológico do capitalismo, também não acreditam em seu potencial emancipador. Utilizando como base as referências da Rosa Luxemburgo (1986), relatam que a transição para o capitalismo por meio de cooperativas, se torna problemática, porque as cooperativas categorizadas como organizações híbridas, de um lado, apresentam uma produção socializada e, de outro, estão ligadas pela necessidade de troca ao mercado capitalista para o qual vendem seus produtos. Para sobreviver em um mercado competitivo, a cooperativa-empresa acaba por subordinar-se a um aumento constante da exploração da força de trabalho, estendendo a jornada, intensificando o trabalho, diminuindo os gastos ou dispensando os trabalhadores.

Neste sentido, acreditam que os trabalhadores cooperativados acabam por impor a si mesmos o sistema de produção ao qual pretendem contrapor-se, do contrário o seu empreendimento não sobrevive à competição. Além disso, os empreendimentos que conseguem sobreviver por meio de redes, se tornam em ilhas isoladas e pulverizadas, na qual detêm a produção apenas de produtos básicos, significando um retrocesso à economia mercantil da Idade Média.

Diante do exposto, pode-se observar uma diversidade de opiniões sobre as definições da Economia Solidária. Esta foi conceituada como programa, projeto, filosofia de vida, fenômeno, conceito, teoria, realidade, política pública, tecnologia social, movimento social e utopia experimental.

Essa diversidade de concepções é justificada por cada autor, relatando os argumentos teóricos que atribuem as suas definições. Autores como França Filho e Razeto enfatizam na própria definição as múltiplas funções que a Economia Solidária assume, o que parece representar uma concepção plural da Economia Solidária. Todavia, na visão de Bertucci (2010), o autor afirma que grande parte destas tentativas de teorizar conceitualmente a economia solidária, são utilizadas recorrendo apenas as concepções daqueles que escrevem sobre a Economia Solidária e não embasadas em teorias já consolidadas. Para ele, essa diversidade de definições ainda se confunde entre um ideal (o que se espera com a Economia Solidária) e o real (as manifestações no presente), o que restringe a criação de “verdadeiras” teorias.

Sem o intuito de julgar a validade das teorias apresentadas sobre a Economia Solidária, visto que esse não é o foco do trabalho, busca-se apenas trazer alguns apontamentos, como a diversidade conceitual apresentada parece indicar que se trata de um campo teórico em disputa. Além disso, a importância de se rever e questionar as diversas concepções conceituais pode facilitar o fortalecimento do arcabouço teórico de um tema ainda recente.

No que se refere às propostas ideológicas da Economia Solidária, observa-se uma grande distinção de ideais. Pode-se tentar a fins didáticos, uma aproximação entre pelo menos três grupos, como: autores que defendem a Economia Solidária enquanto possibilidade de transformação social, econômica e política (Singer, Arruda, Mance, França Filho, Laville, Razeto, Corragio); As posições que visualizam apenas enquanto meios de geração e renda e inclusão social (Gaiger, Carrion); e o grupo de autores que negam qualquer tipo de transformação social, econômica e política (Vainer, Menezes, Wellen, Quijano, Holzmann, Bonfim)^{vi}.

O que se pode observar nesses grupos é que a visão de mundo sobre os objetivos da Economia Solidária em alguns casos são completamente antagônicas, como o grupo de autores que acreditam que a Economia Solidária pode ser um meio de superação do capitalismo, e um outro grupo que atribui

seu objetivo fruto do próprio capitalismo. Observa-se ainda, uma diversidade de estudos que buscam refutar cada uma das visões, ora atribuindo equívocos nas análises que atribuem a Economia Solidária como fruto do capitalismo (BERTUCCI, 2010), ora que buscam desconstruir as visões de transformação da sociedade via Economia Solidária (BONFIM, 2001; ZARPELON, 2003), o que pode indicar que se trata de um campo conceitual em disputa.

Já os autores que visualizam a Economia Solidária como formas de transformação política, econômica e/ou social, pode existir (do ponto de vista epistemológico) a possibilidade de estreitar as fronteiras conceituais, em prol de uma base conceitual semelhante ou mesmo em termos da práxis. No que se refere a este segundo item, no Brasil observa-se uma articulação conjunta como no caso do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da própria Secretaria Nacional de Economia Solidária, que apesar de possuir autores com concepções diferentes, se situam em uma mesma plataforma de ação (MARCHESINI (2006), CALBINO ET AL (2011)).

Outro ponto de análise que apresenta algumas similaridades se trata dos caminhos metodológicos da Economia Solidária. Com exceção dos autores que negam qualquer potencial da Economia Solidária, e assim não abordaram propostas metodológicas, praticamente todos os autores possuem uma aceitação da participação do Estado em apoio a Economia Solidária. Com relação a este item, se por um lado pode indicar uma facilidade de articulação de ideais em prol de caminhos semelhantes, por outro, aponta também para o fato de que algumas visões anarquistas parecem não apresentar terreno fértil entre os intelectuais pesquisados.

Já no que se refere as metodologias de inserção no mercado, observam-se diferenças nas concepções de autores que defendem a conciliação da cooperação com a competição e o grupo de autores que propõem negar essa lógica.

Apesar dessas diferenças, ao revisar a produção da temática, parece uma tendência a proposta da articulação em redes solidárias como meio de inserção no Mercado (seja para sobreviver, competir diretamente com empresas tradicionais, ou se blindar da lógica produtivista do capitalismo), o que aponta para a integração de algumas concepções metodológicas da Economia Solidária.

Características e atores envolvidos

No que se refere às características da Economia Solidária, para Singer e Souza (2000) podem ser definidas, como: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões; e destinação do excedente anual por critérios acertados entre os cooperados.

Gaiger (2003) parece caminhar no mesmo sentido, definindo as características da Economia Solidária como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autosustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Com base nestas características, para estes autores os agentes e organizações envolvidos passam a ser: associações, cooperativas, empresas ocupadas, clubes de trocas, iniciativas de consumo solidário, finanças solidárias, incubadoras, Redes Solidárias, fóruns regionais e nacionais, grupos de pesquisadores e políticas governamentais que se constituem com eixo central em defesa da autogestão.

Na visão de Singer (2002), mais do que o formato jurídico adotado, o importante é o modo como se organizam. Assim o autor aceita as cooperativas de serviço (ou cooperativas de trabalho), que muitas vezes cumprem o papel de terceirizada de uma empresa tradicional, desde que se estabeleçam dentro de uma própria cooperativa e possuam o controle de seu modo de prestação de serviço.

Já Lisboa (2005, p. 109) argumenta que a autogestão não é a “condição suficiente para definir o caráter solidário de uma atividade econômica”. Para ele, o que caracteriza os empreendimentos pertencentes à Economia Solidária seria o objetivo pelo qual são gerenciados, ou seja, o fato deles “abrirem mão da possibilidade de maximizar o lucro em função de uma perspectiva social e ecológica, tendo uma postura solidária dentro das trocas mercantis” (LISBOA, 2005, p. 109). Com base nesta caracterização, os agentes e entidades envolvidos passam a ser também: formas de agricultura familiar, assentamentos do MST e economias indígenas.

Outra caracterização mais abrangente é a de França Filho e Laville (2004) que parecem não centrar o núcleo de Economia Solidária apenas nas atividades econômicas. Segundo os autores, como critérios da Economia Solidária tem-se: 1. Pluralidade de princípios econômicos (utilização de diferentes fontes de recursos –mercado, poderes públicos e práticas recíprocitárias), 2. Autonomia institucional (independência e autonomia na gestão), 3. Democratização dos processos decisórios, 4. Sociabilidade comunitária-pública (valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio de alteridade), 5. Finalidade multidimensional (além da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, no sentido de projetar-se um espaço público).

Com base nesta perspectiva, os autores consideram também como parte da Economia Solidária os espaços públicos de articulação comunitária, cooperativas sociais (formadas por associações de ajuda à domicílio), centros de hospedaria e de readaptação ao trabalho, creches parentais e associações de bairro.

Corragio (2002) e Razeto (1993) ampliam ainda mais esta definição, incorporando nas características da Economia Solidária também as atividades de unidades domésticas de trabalho, geralmente informais e de caráter individual. Neste sentido, vendedores e produtores individuais também fazem parte da Economia Solidária, porém, devem ser desenvolvidas por grupos e indivíduos que possuam autonomia em relação às suas decisões, tarefas e atividades, e se relacionam de forma solidária.

Com base nestas posições, pode-se observar que existem pressupostos em comum sobre quais seriam as características da Economia Solidária. Por exemplo, tangencia a visão de relações sociais e organizacionais que se pautam na solidariedade, na autonomia e democracia nas atividades. Todavia, as divergências ocorrem nas formas de remuneração (assalariado ou equitativo?), organização do trabalho (coletivas e/ou individuais?), e o núcleo das atividades (econômicas e/ou não econômicas?).

No que se refere às manifestações da Economia Solidária, constata-se que todas as definições abordaram como agentes e organizações: empreendimentos econômicos solidários, iniciativas de finanças solidárias, clubes de trocas, órgãos de apoio e pesquisa, políticas públicas, fóruns regionais e nacionais. As diferenças ocorreram na compreensão das organizações não econômicas (associações de Bairro?), e nas atividades individuais (pequeno criador, empresa familiar?).

Assim, o que se pode constatar é que as visões de mundo existentes sobre os objetivos e características da Economia Solidária, acabam por delimitar quais os agentes e organizações envolvidas. Para os autores que visualizam a Economia Solidária como um objetivo apenas de geração e renda, restringir os atores não parece fazer muito sentido. Todavia, as concepções que defendem a Economia Solidária como um propósito de superação do capitalismo, essas fronteiras parecem mais tênues. Como questionamentos deixados para reflexão são: A aceitação de organizações com trabalho assalariado e iniciativas individuais pode ser estratégica para o fortalecimento da Economia Solidária ou podem corromper as propostas de autogestão? Até onde essas fronteiras podem ser aproximadas sem que comprometam os ideais de cada concepção?

Raízes, influências e criação da Economia Solidária

Outro ponto de divergência no campo da Economia Solidária se trata das raízes e fatores que influenciaram sua criação. Para Singer (2002) a Economia Solidária teve suas inspirações nos socialistas libertários e no movimento cooperativista do século XIX. Quanto aos fatores que levaram ao surgimento da Economia Solidária, o autor aborda que se vincularam ao desemprego, as condições sociais precárias, somadas às propostas de transformação da sociedade. Singer (2002) acredita que a Economia Solidária nasceu no contexto do século XIX, todavia, foi interrompida por ataques e crises econômicas, ressurgindo na década de 1980, como resposta à crise do emprego e de propostas socialistas (SINGER, 2002).

Motchane (2003) também concorda que suas raízes estão na Europa, todavia diverge do período de seu surgimento, abordando que a Economia Solidária tem raízes na Idade Média, com as guildas e confrarias (que se constituíam associações de solidariedade entre trabalhadores) por volta do século XIII. No entanto, cita que houve uma ruptura, pois os filósofos iluministas consideravam esses movimentos coletivos como entraves à liberdade individual.

Já as concepções de França e Laville (2004) e Razeto (2010) buscam relativizar as suas raízes e os fatores que influenciaram o seu nascimento, abordando que as condições foram específicas de cada região. Abordam que na Europa, a Economia Solidária teve suas bases nos movimentos associativistas, todavia consideram também influências de fatores anteriores vinculados à traços de caridade e solidariedade. Na América Latina remontam as propostas das economias populares das décadas de 1970 e 1980, no entanto relatam que já existiam influências das próprias relações de metrópole-colônia na permanência de vários traços da tradição colonial, além de estratégias de sobrevivência dos indígenas, dos negros e de parcelas dos imigrantes marginalizados. Quanto a visão de ressurgimento da Economia Solidária os autores acreditam que esta emergiu em 1980 a partir da crise do emprego assalariado e crise de valores (negando os valores característicos da modernidade capitalista). Interessante observar a posição de Santana Junior (2007) que apesar de concordar que houve rupturas no avanço da Economia Solidária no século XIX, considera-a como uma continuidade histórica com renovações na década de 1970 e 1980.

Em posição contrária as visões apresentadas, autores que adotam uma perspectiva marxista como Menezes (2007) e Wellen (2008) alegam que a Economia Solidária não surgiu no século XIX, nem tampouco ressurgiu em meados de 1970 e 1980. Para eles a Economia Solidária aparece no período

de 1994 a 2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso, fruto de uma ideologia neoliberal para precarizar o trabalho.

O que se pode observar nestas contextualizações é que existem grandes divergências sobre as raízes históricas e os valores que a influenciaram a Economia Solidária. Enquanto um grupo de autores aborda que a Economia Solidária ressurgiu no final de 1970, Menezes (2007) afirma que se trata de uma criação recente do Governo de Fernando Henrique. Apesar do presente artigo não ter o objetivo de refutar as teses apresentadas, parece difícil compreender que a Economia Solidária foi criada apenas em 1994 (visto que existiam trabalhos anteriores a esse período já utilizando essa etimologia, conforme será visto no tópico seguinte).

Talvez um dos pontos que mereçam mais reflexão se trata de compreender se suas bases e raízes são do século XIX ou de períodos anteriores. Se para Singer, defensor da concepção que a Economia Solidária surgiu neste período devido às criações das primeiras associações e cooperativas, o argumento de Motchane (2003) já apresentava indícios de organizações solidárias na Idade Média.

Outra questão se trata do debate referente a atribuição de suas raízes geográficas. As concepções que definem que o seu surgimento ocorreu em diversas partes do mundo parecem mais coesas, devido ao fato de existir uma pluralidade de sentidos e manifestações, do que atribuir apenas as raízes europeias. Neste mesmo sentido Lechat (2002a) defende de maneira metafórica que a Economia Solidária é “como um rio que suas nascentes designam de diversos afluentes”.

E quanto há um possível ressurgimento da Economia Solidária a partir das décadas de 1970 e 1980, o que se pode observar é um aumento quantitativo no número de organizações solidárias, principalmente no Brasil (SENAES, 2007). Todavia, descaracterizar essa continuidade histórica, atribuindo a um ressurgimento, pode ser problemático, por não levar em consideração a presença, ainda que em âmbito singular, de iniciativas que parecem se assemelhar as diversas definições apresentadas no texto.

Talvez seja mais coerente falar de uma continuidade histórica e de um fortalecimento de iniciativas solidárias, ao invés de ressurgimento, conforme advoga Santana Junior (2007). Pode-se interpretar que a divergência de perspectivas sobre as raízes da economia solidária ocorre em virtude dos referenciais diferentes que os autores utilizam para localizar a economia solidária. Por exemplo, Singer (2002) atribui ao movimento cooperativista europeu as bases das iniciativas de economia solidária, fato que restringe a consideração de outras organizações solidárias anteriores e espalhadas para além de uma visão eurocêntrica.

Origem do termo Economia Solidária

Parece consensual ao revisar a literatura que a etimologia Economia Solidária é recente, todavia, surgem interpretações diferentes quando se buscam compreender por quem e quando o termo foi cunhado. França Filho (2002a, 2002b) relata que o termo foi utilizado pela primeira vez em 1992, na França, por Jean Louis Laville e Bernard Eme, relatando que através deste termo, estes autores visavam dar conta da emergência e desenvolvimento recente de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, chamadas de iniciativas locais na Europa. No cenário acadêmico observa-se em 1993, na Revista Travail, um dossiê designado “Economia

Solidária” escrita por Eme, Laville, Caille, Alain, dentre outros pesquisadores franceses, e 1994, um livro organizado por Laville com o título “L’économiesolidaire – une perspective internationale”.

Todavia, Soares e Gomes de Sá (2004) parecem discordar que o tema teve exclusividade na França, abordando que o próprio Laville relatou que o conceito de econômica solidária havia sido trabalhado a partir da década de 1980, quase que simultaneamente entre pesquisadores europeus e latino-americanos. Lechat (2002a) parece compartilhar desta visão, enfatizando, no entanto que a primeira vez que o termo Economia Solidária foi cunhado, ocorreu pelo chileno Luiz Razeto, na década de 1980.

O autor Coraggio (2002, p.40) também afirma que “não é correto atribuir a origem do tema à França, pois Razeto havia usado este termo antes”. E ainda cita que “Está se falando que na França se faz um esforço intelectual para diferenciar a Economia Social, incorporada pelo Estado, dessa outra a que chamam social e solidária, mas o termo Economia Solidária já era utilizado aqui antes (America Latina)”.

Buscando compreender as interpretações de Luiz Razeto sobre a etimologia, o autor recentemente aborda que nem mesmo ele foi o primeiro a utilizar o termo. Disse que em 1980, ao participar de um fórum de trabalhadores que buscavam alternativas econômicas por meio do trabalho, uma das militantes abordou a necessidade de constituir uma outra economia, uma Economia Solidária. Para ele, este foi o momento que o termo foi criado (RAZETO, 2010).

No Brasil, segundo Lechat (2002a) o termo aparece a primeira vez no livro de Razeto, em 1993. Todavia, aborda que só a partir de 1995 que o termo toma corpo, sendo utilizado em uma mesa redonda no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, e em 1996 em uma matéria escrita por Paul Singer ao Jornal Folha de São Paulo, intitulada de “Economia Solidária contra o desemprego”. No mesmo ano, constava também no programa de governo do Partido dos Trabalhadores uma proposta de Economia Solidária. Todavia a autora deixa claro, que estes não foram os únicos contextos que fizeram menção a uma Economia Solidária, dizendo que o autor Mance (1999) relatou que propostas similares ocorreram em 1988, em campanhas políticas na cidade de Piraquara e em 1992 na cidade de Curitiba.

Apesar de algumas divergências sobre a origem do tema, a maior parte das concepções apresentadas parecem indicar que a etimologia Economia Solidária começou a ser utilizada inicialmente no cenário acadêmico por Razeto e em seguida por Laville e Eme, todavia foi cunhada e utilizada anteriormente nos meios não acadêmicos.

A Economia Solidária e suas fronteiras com outras etimologias

Quanto à aproximação da etimologia com outros termos co-relados, a primeira fronteira ocorre com o Terceiro Setor^{vii}. Existem autores como Defourny (1999) e Gutierrez (1998) que afirmam que o Terceiro Setor é o termo que apesar de imperfeito, apresenta maior consenso em âmbito mundial, contemplando não só organizações sem fins lucrativos, mas cooperativas, organizações mutualistas e as organizações sem fins lucrativos. Com base nesta visão, a Economia Solidária estaria inserida dentro do Terceiro Setor.

Todavia, para Lechat (2002a) e Coraggio (2002) o Terceiro Setor é uma almôndega de definições que inclui: clubes de futebol, associações de bairro, clube de aposentados, bombeiros voluntários, etc. Relatam ainda que se trata de um invento anglo-saxão para justificar o fato do Estado se omitir de sua

responsabilidade de garantir os direitos humanos sociais. França Filho (2002b) compartilha da mesma visão ideológica do Terceiro Setor, e ainda afirma que apesar de englobar uma diversidade de organizações de naturezas distintas, ela exclui as organizações informais, que são um dos tipos de manifestações de Economia Solidária na América Latina.

Quanto à aproximação com a etimologia Economia Social, França Filho (2002b), aborda que o termo Economia Social foi criado no contexto europeu, no século XIX, todavia, devido a intervenções do Estado e grupos patronais ela perdeu o seu aspecto político, tornando-se apenas em uma instituição econômica, que hoje atua como apêndice do Estado. A Economia Solidária então, seria uma renovação da Economia Social, resgatando o elo político perdido. Corragio (2002) também parece compartilhar em partes com esta definição, dizendo que a Economia Social teve um forte traço estatal, diferente da Economia Solidária na América Latina, que vem mais das bases populares. Todavia, não se posiciona quanto à concepção da Economia Solidária como resgate da visão política perdida.

Já um posicionamento diferente sobre o debate são as visões de Andion e Serva (2006) e Moreno (1996), que consideram a Economia Solidária como manifestações da Economia Social. Os autores justificam a inclusão da Economia Solidária dentro da Economia Social, por considerá-la desmembramento desta.

Com base nessas posições pode-se observar que em todas as definições a Economia Solidária é vista como um campo que possui características singulares, o que cria fronteiras com o terceiro setor e com a economia social. Todavia, as divergências ocorrem nas concepções que atribuem à Economia Solidária um status separado da Economia Social e do Terceiro Setor, por possuir um cunho mais transformador socialmente do que estas (Corragio, França Filho), e nos autores que relegam a Economia Solidária como subproduto do terceiro setor ou da economia social.

Já no que se refere à relação da Economia Solidária com etimologias como Economia Informal, Economia Popular e Economia dos Setores Populares, França Filho (2002b, p.15), Arroyo e Schuch (2006) abordam que existem diferenças principalmente na Economia Informal que geralmente se trata de “formas que assumem microprojetos individuais, conformando uma espécie de simulacro precário de práticas mercantis não oficiais, e não apresentando, uma articulação com uma base social local precisa”. Já Coraggio (2002) apesar de não compartilhar da visão negativa dos autores sobre os microprojetos individuais, considera a Economia Informal como um subproduto da Economia Solidária (ou no que ele chama de Economia do Trabalho).

Referente ao termo Economia Popular, França Filho (2002b, p.16) afirma que este é limitado por muitas vezes atribuir apenas um caráter de geração e renda, e de um lugar subordinado na dinâmica socioeconômica mais geral, “na qual sua representação é comumente associada à visão de uma espécie de economia dos centavos ou economia dos pobres, destituída de um alcance maior e transformador”. Já o autor Kraychete (2000) que faz o uso do termo Economia dos Setores Populares, se defende, dizendo que o termo não implica um posicionamento somente de geração e renda para os pobres, mas envolve também uma alternativa de transformação dos sujeitos.

Singer (2002, p.20) ainda contrapõe esta visão corroborando o argumento de França Filho (2002c), dizendo que possui uma grande dificuldade em aceitar o termo Economia Popular, “pois, por mais que se designa formas de reprodução de vida que não se situam estritamente na lógica da economia capitalista, é

difícil e complicado entender algo meramente pelo fato de não ser uma outra coisa”, sendo assim considera um termo muito vago (LECHAT, 2002a).

Já o autor Coraggio (2002, p.60) relata que utilizou por muito tempo o termo Economia Popular, substituindo mais a frente por Economia do Trabalho. Disse que usava este termo tentando situá-lo dentro de um conjunto de economia e da sociedade, não como um micro empreendimento, mas em um marco mais amplo. Todavia, relatou que se deparou “com uma dificuldade dar conta da Economia Popular real, e por outro, apresentar a proposta de transformá-la em outra coisa”. Então para lidar com essas diferenças passou a usar o termo Economia do Trabalho, que para ele é mais abrangente, até mais do que Economia Solidária, por incluir empreendimentos pessoais. Apesar de considerar o termo mais amplo, afirma “devo admitir que o termo Economia Solidária está mais fortemente instalado, e eu não tenho problema em me unir com essa corrente. Acredito que compartilho também dos valores que compõem”.

Outra etimologia que parece se aproximar da Economia Solidária é a definição de Sócioeconomia Solidária utilizada por Arruda e Lisboa. Lisboa (2005) parece utilizar o termo Sócioeconomia Solidária junto com Economia Solidária, sem fazer distinções. Já Arruda (2000, p.80) faz a preferência pelo termo Socioeconômica por abordar que assim como se tem que falar em democracia participativa para indicar a democracia que não é burguesa, também se deve falar de socioeconômica para identificar uma economia que tem por objetivo o bem-viver e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade não capitalista. Relata ainda que “É para casar em nossa mente a economia com o social, com o político, para indicar que tudo está unificado na vida concreta da sociedade”. Apesar da distinção de etimologia, parece não realizar fronteiras, utilizando como sinônimo da Economia Solidária.

No que se refere à etimologia Economia Solidária e Economia da Comunhão, Martins et al (2006) afirmam que existem distinções nestes termos. Para eles a Economia da Comunhão tem bases estritamente religiosas, e se referem às empresas capitalistas que buscam um modo mais justo de contribuir com a sociedade, propondo uma gestão baseada na partilha, na ética e no respeito aos agentes envolvidos. Já a Economia Solidária seria um termo mais amplo, que se estruturam também organizações pautadas em processos coletivos de gestão. Com base nesta distinção, os autores consideram a economia da comunhão como um subproduto da Economia Solidária.

A última aproximação etimológica ocorre com a Ecosocioeconomia Solidária utilizada por Sampaio (2008). Para o autor o termo se trata de uma visão mais ampla do que a Economia Solidária (englobando também esta) por abarcar uma pluralidade de organizações e entidade pautadas em questões econômicas, sociológicas e ambientais. Considera a Ecosocioeconomia Solidária como a manifestação de cinco instâncias: Agenda 21 Local, o Turismo Comunitário, a Responsabilidade Social Empresarial, a Economia de Comunhão e Economia Solidária.

Conforme visto nessas definições a complexidade de fronteiras que se estabelecem diante do termo Economia Solidária não se restringe apenas as etimologias Terceiro Setor e a Economia Social. Há autores que atribuem sinônimos à Economia Solidária, como o termo Socioeconomia. Outros buscam traçar fronteiras e/ou colocar como subprodutos da Economia Solidária os termos Economia Informal, Economia Popular e Economia da Comunhão. Observa-se também que existem vertentes que consideram a Economia Solidária como parte de manifestações mais amplas, a Economia do Trabalho e a Ecosocioeconomia.

Esta diversidade de etimologias e a linha tênue entre suas fronteiras parece indicar o quão complexo se apresenta o debate na literatura. Um primeiro ponto dessa complexidade é fruto da própria diversidade de visões de mundo que cada autor possui sobre suas definições, propostas, características e atores, o que reflete na aproximação ou estreitamento da fronteira com termos correlatos.

Um segundo ponto dessa complexidade se trata do fato do termo ainda ser recente no cenário acadêmico, o que parece indicar a necessidade de mais investigações para que possam aprofundar nas discussões conceituais e possíveis aproximações ou distinções com os temas correlatos. E como um último ponto, deixado para reflexões é saber: Até onde essa diversidade de etimologias correlatas facilita ou dificulta as compreensões da Economia Solidária?

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão e discussão da literatura sobre as concepções que permeiam o tema Economia Solidária. Como questões norteadoras buscou responder se na perspectiva acadêmica o tema apresenta uma diversidade de concepções conceituais e quais as semelhanças e/ou diferenças nas visões. Os resultados da investigação indicaram que não somente existe uma diversidade de concepções entre autores, como ainda não há uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que seja a Economia Solidária, quais organizações e entidades que a compõem, bem como qual o seu papel social. Do ponto de vista científico, observa-se a coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apoiam em ideologias distintas.

Apesar das semelhanças em alguns pontos referentes às questões metodológicas, o que chamou a atenção foram as diferenças. As principais parecem ocorrer nas definições conceituais, na qual a Economia Solidária é conceituada teoricamente tanto como teoria, filosofia e fenômeno social, como movimento social e concepção política. Observaram-se também divergências nas caracterizações da Economia Solidária, fato que gera reflexos na definição dos atores/organizações envolvidas e cria fronteiras com etimologias correlatas.

No entanto, essa diversidade de concepções para Lechat (2002a) indicam que é benéfica por conseguir realizar uma unificação que não chega a ameaçar a aparente coerência que expressa na sociedade. No mesmo sentido Singer (2002, p.56) afirma que “esta falta de coesão, pode ser considerada positiva, por ser a Economia Solidária um ato de vontade de constituir uma sociedade melhor”. Todavia, para Bertucci (2010) pode indicar uma dificuldade de criar bases teóricas sobre o tema, ou mesmo em alguns pontos, uma disputa de poder no campo conceitual (CRUZ, 2006).

Sem o intuito de aprofundar neste debate, buscou-se apenas em termos introdutórios, deixar para discussão, as seguintes questões: Até onde esta diversidade agrega ou desarticula as iniciativas solidárias? Qual o limite da aproximação de fronteiras conceituais sem comprometer os ideais de cada uma?

Quanto às limitações do trabalho, uma delas foi analisar apenas as visões dos intelectuais, não considerando as concepções dos demais atores envolvidos, visto que, a Economia Solidária não se limita a formulações teóricas elaboradas unicamente pelos cânones acadêmicos. Os supostos morais, os

princípios éticos e as ideias de uma natureza humana e de um bem coletivo são produzidos tanto nas formas escritas através dos diversos meios disponíveis como em encontros, através de práticas ritualizadas entre associados, apoiadores, voluntários, formadores de políticas públicas (MIGUEL; BACIC, 2009).

Todavia, apesar desta limitação (por uma questão de recorte analítico), acredita-se que o grupo de intelectuais tem um papel fundamental na construção da identidade da Economia Solidária. Segundo LECHAT (2002b), os intelectuais, em geral, trouxeram para o campo da Economia Solidária a consciência de sua existência, certa forma de identidade simbólica, um espaço para a discussão e a reflexão a respeito de seus percalços, desafios e possibilidades (MIGUEL; BACIC, 2009).

Outra dificuldade do trabalho se tratou de realizar uma revisão conceitual de um tema que está muito ligado ao fenômeno de cada local, tornando-se assim, difícil de fazer comparações entre conceitos de autores em países diversos. A ideia do trabalho, contudo, foi apenas de apresentar a diversidade conceitual que permeia o tema, e como a visão de mundo presente em cada autor influência nas delimitações conceituais. Também, a questão do recorte temporário das obras dos autores foi uma das dificuldades, visto que o que se produz conceitualmente modifica-se com o próprio amadurecimento da pesquisa. Como não foi possível realizar uma revisão conceitual de todas as obras dos autores citados, não se pode aprofundar na “evolução” do pensamento sobre a Economia Solidária dos autores referenciados.

Apesar das limitações citadas, acredita-se que o trabalho contribuiu ao realizar uma revisão da literatura apresentando algumas das diversas concepções que permeiam o tema. Constatou-se que diversos autores já realizaram uma revisão conceitual sobre economia solidária (FRANÇA FILHO, 2002b; LECHAT, 2002b; SANTANA JUNIOR, 2007, BERTUCCI, 2010), no entanto, apesar de abordar pontos relevantes às definições conceituais, origens e ou relação com termos correlatos, não se observou até o momento, uma sistematização dessas contribuições em único trabalho. Assim, acredita-se que o artigo contribuiu com essa sistematização, servindo de orientação para ampliar a compreensão do tema, enquanto revisão conceitual.

Por fim, ao apresentar semelhanças e diferenças conceituais, espera-se que o trabalho tenha incitado novos questionamentos para o campo. Defende-se, contudo, a necessidade de fomentar as reflexões conceituais da economia solidária, discutindo também as concepções na visão dos demais atores envolvidos, bem com a influência dos intelectuais para esses atores, visto que se trata de um assunto recente e que ainda exige estudos que possam aprofundar nas questões teóricas.

Referências

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. IN: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ANDION, C; SERVA, M. Uma delimitação do campo da economia social no Brasil: história, correntes e atores. In: **XXX ANPAD**. Anais... 2006.
- APARECIDA, V. Balanço da produção acadêmica sobre a Economia Solidária. In: III Semana de Iniciação Científica do Instituto Federal de Minas Gerais. Anais... 2012.

- ARROYO J.; SCHUCH F. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.199-223.
- BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dir.). **La Economía Social en España en el año 2000**. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Fomento de la Economía Social y del FSE, CIRIEC – España, 2002.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, 2010.
- BOMFIM, A. M. **Economia Solidária e o “fim” das utopias: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2001.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório dos empreendimentos econômicos solidários- 2005-2007**, 2007.
- CALBINO, D, et al. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável?.In: **Gestão Contemporânea (FAPA)**, v. 8, p. 129-154, 2011.
- CARRION, R. M. L'Economie Solidaire au Rio Grande do Sul: La Participation del'Université Fédéral do Rio Grande do Sul. In: **Deuxième Colloque Provençal de ÉCOFCDE: Des Pratiques Novatrices en Economie Social**, 2002.
- CORRAGIO. J. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 35-47, 2002.
- CRUZ, A. **A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de economia, Unicamp, 2006.
- DEFOURNY, J. et al. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: **Economie sociale: the third sector**. Économie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, p. 11-24, 1999.
- FRANÇA FILHO, G. C.A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: **II ENEO**. Anais... 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 09-19, 2002b.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. In: **Civitas (Porto Alegre)**, v. 7, p. 155-174, 2007.
- FRANÇA F.; LAVILLE J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- FRANÇA F, G; CUNHA, E. V. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: **Dicionário Internacional da Outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, S/A, v.1, p. 224, 230, 2009.

- GAIGER, Luiz I. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. In: **Revista Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n.39, p. 181-211, 2003.
- GUTIERREZ, G. L. Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa. In: **Revista de Administração**. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.
- HOLZMANN, L. Limites e obstáculos à participação democrática. In: **A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo. Contexto. 2000.
- KRAYCHETE, G. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LECHAT, N. Economia social, Economia Solidária, terceiro setor: do que se trata? In: **Civitas (Porto Alegre)**, v. 2 n.1, jun. 2002a.
- LECHAT, N. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002b.
- LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. In: **RAE [online]**, vol.45, n.3, pp. 109-115, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.
- MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARQUESINI, M. A Caracterização da Economia Solidária em Políticas Públicas. In: **IV ENAPG. ANAIS...** 2006.
- MARTINS, C. et al. Economia de Comunhão e Economia Solidária: uma distinção de conceitos. In: **XXVII ANPAD. Anais...** 2006.
- MENEZES, Maria Thereza C. G. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.
- MONTOLIO, José Maria. Economía Social: concepto, contenido y significación en España. In: **CIRIEC – España**, no. 42, noviembre, p. 5-31, 2002.
- MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. In: **Revista Alcance – Eletrônica**, vol.16, n.3, p.339-357, set. – dez., 2009.
- MORENO, A. S. **Análisis económico del sector no lucrativo**. València: Ed. Tirantlo Blanc, 1996.
- MOTCHANE, J. **Economia social e Economia Solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo?** Disponível em: < <http://www.ecosol.org.br/textos/Motchane.doc>>. Acesso em: 04set. 2012, 2003..
- NOVAES, H; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia e a visão crítica da ciência e tecnologia: Lições preliminares. In: **III encontro de investigadores latino-americanos de cooperativismo**. São Leopoldo, 2004.
- QUIJANO, Aníbal. "Sistemas alternativos de produção?", in Souza Santos (org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.
- RAZETO, L. economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M; GUTIERREZ F. (Org). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p.34-58.

- RAZETO, L. **Lecciones de Economía Solidaria. Realidad, Teoría y Proyecto**. Ediciones UVIRTUAL.NET, Santiago 2010.
- SAMPAIO, C. **Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia outra economia**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- SANTANA JUNIOR, G. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social ?** (tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.
- SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, G; GOMES DE SÁ, M. Poder e Controle nas Organizações da Economia Solidária (OES): Aspectos das Relações Intra-Organizacionais. In: **III ENEO**, Anais... 2004.
- SOUZA, A. R. de. Um instantâneo de Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul.; SOUZA, A. R. (Org). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta aodesemprego**. São Paulo: Contexto, p.7-10, 2000.
- TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. In: **Revista de Economia Contemporânea**, 1o semestre de 2002.
- TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. In: **Perspectiva**, v.26, n.2, p.69-94, jan./jun. 2008.
- VAINER, C. **Controle Político ou utopia experimental?**. Unitrabalho Informa ano III n. 10, 2000.
- WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da 'Economia Solidária'. In: **Katálysis [online]**.vol.11, n.1, pp. 105-115, 2008.
- ZARPELON, S. **A esquerda não socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

ⁱ A terminologia ideologia utilizada neste trabalho se refere ao conjunto de valores e possibilidades que a Economia Solidária pode assumir enquanto um devir. Não se trata da concepção de ideologia enquanto mecanismo de dominação e doutrinação.

ⁱⁱ Uma pesquisa realizada por Aparecida (2012) sobre o balanço da produção da Economia Solidaria, apontou que os autores mais citados nos artigos de Congressos e periódicos, e dissertações e teses do Brasil, são: Paul Singer em primeiro lugar, dominando 60% das citações nos trabalhos que conceituam a economia solidária, seguidos de França Filho (50%); Laville (47,5%), Gaiger (45%); Mance (21%); Souza (19%); Arruda e Andion (14%); Corragio e Lisboa (13,1%); Kraychete e Razeto (11%), Dizmira e Tiriba (8%), Tauile, Carrion, Lisboa (5%) e Tiriba, Eme, Quijano, Dagnino entre 4 a 2% das citações. Já nas publicações de âmbito internacional, a autora relata a predominância dos autores franceses como Laviile, Eme e Dzmira, além dos latino-americanos como Corragio, Razeto, Lisboa, Singer e Gaiger.

ⁱⁱⁱ “[...] a) enquanto discussão conceitual: um modo fecundo de conhecer o tema é tratá-lo no nível conceitual, o que permite importantes reflexões sobre o sentido do agir econômico em sociedade. Nesse nível, o tratamento da Economia Solidária pode caminhar através de diferentes abordagens, entre enfoques economicistas e outros olhares mais antropológicos. O intuito aqui é fortalecer a compreensão teórica do assunto; b) enquanto discussão contextual: neste nível a Economia Solidária é abordada a partir de sua manifestação concreta na realidade, como um problema de sociedade na contemporaneidade do capitalismo. Importa salientar como se situa o assunto em relação a outras questões cruciais da atualidade em diferentes contextos societários,

como a crise do trabalho, a exclusão social e o combate à pobreza, a luta contra a desigualdade social e os modos de desenvolvimento local sustentável, etc. Busca-se aqui analisar a Economia Solidária como fenômeno e prática investigativa situadas em contextos societários específicos; c) enquanto estudo de caso: neste nível, procura-se compreender a Economia Solidária enquanto fenômeno em si, a partir de suas práticas organizativas singulares. A ideia é entender sua dinâmica mais geral, partindo da análise de experiências concretas na forma de estudos de caso; d) enquanto metodologia de intervenção: neste nível, a Economia Solidária é abordada como uma tecnologia social, ou seja, um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social. A ideia é discutir a Economia Solidária no nível da própria operacionalidade das iniciativas, no sentido da formatação de técnicas ou tecnologias sociais para o fomento de transformações sociais. O caráter do conhecimento aqui assume grau elevado de prescrição, no intuito de sugerir meios de intervenção na realidade; e) enquanto política pública: esta é a modalidade mais recente de tratamento do assunto, que vem ganhando status de política pública em função das inúmeras experiências já disseminadas em diferentes partes do país, no interior das estruturas de governo, e também em outros países. Neste nível, discute-se o caráter desse gênero novo de política pública, bem como seus efeitos e resultados alcançados” (FRANÇA FILHO, 2007, p.10-11).

^{iv} Jean Laville foi orientador de França Filho, e um dos autores pioneiros em visualizar a Economia Solidária como uma economia plural. Laville também se posiciona a favor de criar um novo marco regulatório da economia, todavia mantendo as relações com o Estado e com o Mercado.

^v Bertucci (2010) afirma que a concepção da Economia Solidária como movimento social surgiu a partir do Fórum Social Mundial de 2003, durante um GT que envolvia diversos atores sociais.

^{vi} No entanto, essa aproximação é “forçada”, servindo apenas a fins didáticos, pois dentro de cada grupo de autores compreende-se que existe outro campo de diversidade ideológica. Por exemplo, no primeiro grupo de autores Singer tem uma visão de economia solidária próxima do cooperativismo que diverge da matriz ideológica de Arruda e ambos pouco se aproximam do viés de França Filho. A ideia do agrupamento teve apenas o intuito de indicar que existem posições ideológicas no que se refere às potencialidades e ou limitações da economia solidária enquanto transformação social, que vão de um extremo ao outro.

^{vii} Segundo Montolio (2002) o termo Terceiro setor foi cunhado nos Estados Unidos em 1978, por John Rockefeller III para designar o espaço onde atuam as organizações da sociedade civil, como igrejas, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e organizações de assistência social de diversos tipos. Já a expressão economia social foi empregada pelo economista francês Charles Dunoyer em 1830 em um tratado intitulado de Economia Social na Universidade de Lovaine.